

NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA? MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

SORAIA MARCELINO VIEIRA,
MICHELLE FERNANDEZ
E NUNO COIMBRA MESQUITA

INTRODUÇÃO

As manifestações sociais ocorridas recentemente em diferentes países da América Latina levam a várias reflexões sobre a participação política e o papel dos partidos. No contexto atual, a sociedade civil e os movimentos sociais vêm tentando se organizar a fim de levarem suas reivindicações ao poder público de maneira autônoma, sem a intermediação destes atores que historicamente têm sido vistos como grupos que intermediam interesses e funcionam como um canal de comunicação entre os cidadãos e o poder público. O fenômeno do enfraquecimento dos partidos vem acompanhado de outros sintomas que afligem as democracias representativas, como a queda nos índices de formas tradicionais de participação e nos níveis de confiança nas instituições públicas (Nye, 1997; Newton e Norris, 2000). Em referência aos políticos, ciclos de satisfação e insatisfação são, em certa medida, normais. O problema é que a generalização da insatisfação em relação a toda classe política pode diminuir as chances de uma renovação democrática.

Putnam, Pharr e Dalton (2002) avaliam que os primeiros sinais de enfraquecimento da ligação dos cidadãos com os partidos começaram na década de 1970. Índices de participação vêm diminuindo desde então. A queda dos laços com partidos políticos, fez o eleitorado se tornar mais vo-

látil e cético. A identificação de cidadãos com essa instituição tem caído em quase todas as democracias industriais avançadas, refletindo uma insatisfação com a política partidária como um todo.

Apesar disso, vários autores têm chamado a atenção para o fato de que essas mudanças não representam necessariamente uma crise da democracia. Ainda que algumas dimensões de apoio político como confiança e formas convencionais de participação tenham tido queda, outras permanecem estáveis, como o apoio a valores democráticos e à comunidade política (Norris, 1999; Dalton, 1999). Novas formas de participação também têm crescido, trazendo novas agendas e repertórios (Norris, 2002).

Esse trabalho busca avaliar esse enfraquecimento dos laços entre sociedade civil e partidos políticos a fim de problematizar de que modo ocorrem essas novas configurações de engajamento do cidadão e outras dimensões da representação e como essas novas formas de participação impactam as orientações dos indivíduos em relação aos partidos políticos e à representação. Neste sentido busca-se responder às seguintes perguntas: no contexto brasileiro, essas novas formas de engajamento estão positivamente ou negativamente associadas às orientações dos cidadãos em relação à representação? Participar de movimentos sociais e protestos é uma forma alternativa ou complementar à adesão à democracia representativa?

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte é discutida a trajetória da relação entre partidos e sociedade civil e o papel dos partidos. Na segunda é realizada uma discussão acerca dos movimentos sociais como representação dos interesses da sociedade civil. E no terceiro apartado são analisados dados do *survey* “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014), a fim de avaliar as associações entre este tipo de participação política e a adesão aos partidos e ao sistema representativo.

1. PARTIDOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO

Um dos principais papéis dos partidos políticos é representar os interesses dos grupos sociais junto ao poder público. Além disso, são responsáveis por angariar recursos e promover a imagem dos candidatos junto ao eleitorado. Funcionam, ainda, como um atalho informacional

para os eleitores. Ou seja, o cidadão – ao conhecer o posicionamento do partido – pode estimar o posicionamento dos candidatos.

De acordo com pesquisadores que estudaram o sistema político brasileiro (Ames; Ames e Nixon; Avelino Filho; Geddes; Kinzo; Mainwaring; Novaes *apud* Samuels, 1997¹), aqui os partidos são fracos por não controlarem os recursos necessários para eleger e manter a carreira de um político. Samuels (1997) defende que pelo menos um partido brasileiro figura como exceção a essa regra, o PT, que “vem institucionalizando mecanismos internos a fim de difundir sua sigla e diluir os incentivos oferecidos aos candidatos para se entregarem a uma estratégia individualista” (Vieira, 2012).

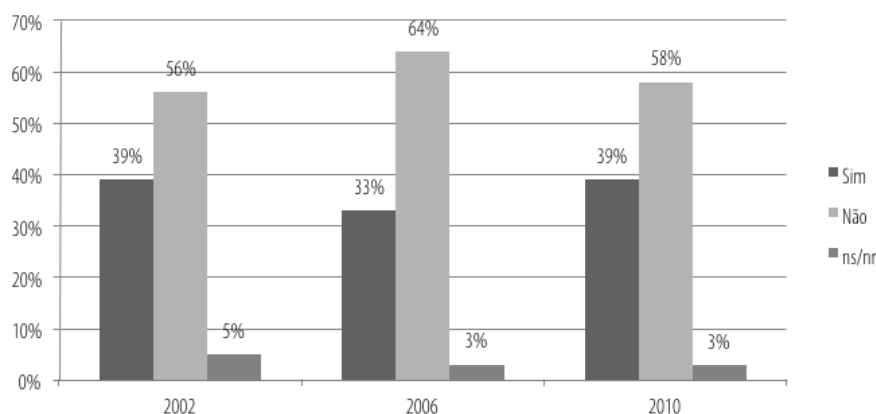
Essa ideia é justificada principalmente por dois fatores. Um deles seria a influência do sistema eleitoral que não gera incentivos para que haja um comportamento cooperativo entre os membros dessa instituição. O segundo argumento é que os partidos seriam incapazes de canalizar as demandas sociais, ou seja, não representariam de fato a sociedade. Em outras palavras, o partido seria um ente incapaz de manter a unidade de seus membros e de representar seu público.

Neste sentido, a vínculo com o eleitor constitui um desafio cada vez maior para os partidos. De acordo com pesquisas do ESEB², em 2002, 2006 e 2010, a identificação dos eleitores brasileiros com partidos políticos apresentou níveis muito baixos. Comparando os resultados da identificação

-
- 1 Esses trabalhos desenvolvidos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 defendem que o sistema partidário brasileiro não é institucionalizado e que não existe identificação ideológica. Todavia os estudos que analisam o comportamento parlamentar defendem que é possível falar em coerência ideológica e institucionalização do sistema, como falamos anteriormente.
 - 2 “O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan (www.cses.org) e com a participação de dezenas de instituições de vários países. O projeto que embasa o CSES tem como premissa geral a tese de que contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. Assim, seus objetivos principais são: identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (*Opin. Publica* [online]. 2011, vol.17, n.2 [cited 2012-04-21], pp. 516-540).

partidária³, dos dois primeiros anos da pesquisa (2002 e 2006) foi constatada uma redução de aproximadamente 6% no número de eleitores que afirmaram identificar-se com algum partido. Houve também redução de 15% entre aqueles que demonstraram preferência por alguma legenda. Paiva, Braga e Pimentel (2007) consideram que essa queda não está ligada especificamente aos partidos, mas à instituição partidária em geral. Apesar do resultado apresentado em 2006, em 2010 a porcentagem de eleitores que se sente representado por algum partido, ou que afirma gostar de algum partido, se eleva chegando ao índice de 2002 (Vieira, 2012) como podemos observar nos Gráficos 1 e 2 a seguir.

Gráfico 1. Se identifica com algum partido

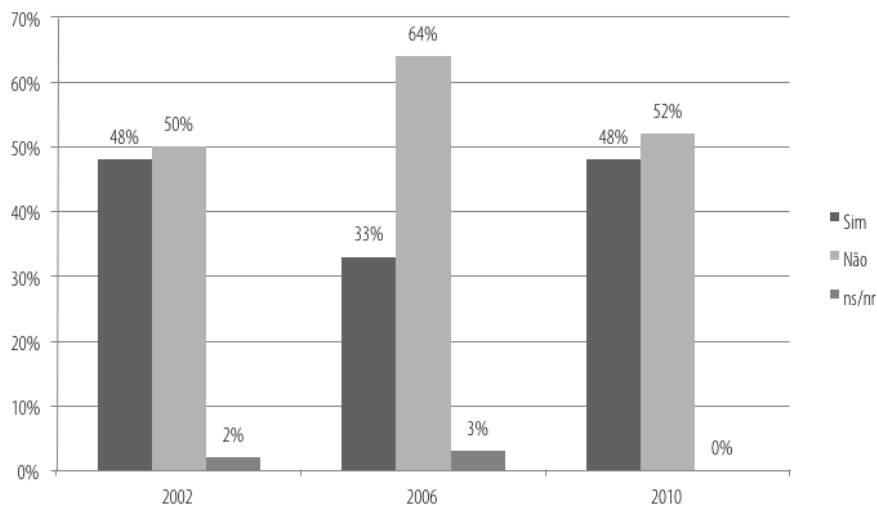


Fonte: Vieira, 2012 a partir de Pesquisas ESEB 2002, 2006, 2010; base de dados ESEB – NUPPS⁴; e Tendências ESEB 2010, Opinião Pública.

3 As perguntas utilizadas pelo ESEB para identificação partidária eram: De modo geral, existe algum partido com o qual o(a) Sr(a) se identifica?; O(a) Sr(a) gosta de algum partido?

4 http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt

Gráfico 2. Gosta de algum partido



Fonte: Vieira, 2012 a partir de Pesquisas ESEB 2002, 2006, 2010; base de dados ESEB – NUPPS⁵; e Tendências ESEB 2010, Opinião Pública.

Não obstante, embora o evento sinalize para o enfraquecimento dos partidos e, de certa maneira, confirma as teses da baixa penetração dos partidos brasileiros, é importante ressaltar que, de forma geral, esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Na maior parte das democracias contemporâneas a densidade da participação nos partidos políticos e identificação com esses atores tem caído significativamente (Monteiro, Gunther e Linz, 2007). Nesse sentido, cabe considerar que as mudanças observadas nos últimos anos – tanto no que tange ao uso de tecnologias nas campanhas eleitorais, como no que tange às necessidades e expectativas dos eleitores e ao posicionamento dos partidos frente às demandas dos cidadãos – modificaram os padrões de recrutamento partidário. Tais alterações contribuíram para o declínio no número de apoiadores, membros, ativistas partidários e mesmo eleitores participando nos processos eleitorais. Observando alguns casos na Europa, podemos constatar essa tendência de queda. Na Dinamarca, por exemplo, os índices de identificação caíram de

5 http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt

21.1% em 1960 para 6.5% em 1980; no Reino Unido, de 9.4% para 3.3%, no mesmo período e na Holanda de 9.4% para 2.8%, entre outros (Ware, 1995, p. 124).

Há incapacidade dos partidos de canalizar as demandas sociais e levá-las ao poder público. Tal fato se justifica, ainda, pela profissionalização destes atores sociais e do processo de *cartelização* dos partidos políticos, como justificam Katz e Mair (1995). De acordo com esses autores, os partidos passam de uma estrutura integrada à sociedade a uma forma integrada ao poder, na qual se afasta da primeira. A partir daí surgem as especulações que os partidos contemporâneos já não representam mais as demandas sociais (ou pouco as representa), o que leva a compreender as manifestações que têm operado fora da esfera partidária e que objetivam tornar visíveis as demandas da sociedade frente ao poder público, rejeitando, inclusive, a participação de representantes dos partidos políticos.

O novo cenário apresenta mudanças significativas no jogo político. Como explicitado anteriormente, a mudança no posicionamento dos partidos – caracterizado por sua aproximação do núcleo do poder e seu afastamento da sociedade – muda, também, sua atuação. Esta *cartelização*, na qual as agremiações são caracterizadas pela integração cada vez maior nas estruturas de poder, não significa que tal ator tenha perdido sua importância ou tenha deixado de atuar como articulador político entre os anseios da sociedade e o poder público, mas que deve buscar novas formas de exercer sua capacidade de canalizar tais demandas e transformá-las em política. Embora seja observado um declínio no papel de representante da sociedade, os partidos continuam sendo atores importantes na gestão da democracia e “(...) o seu papel procedimental continua a ser tão importante como antes.” (Mair, 2003).

De acordo com Mair (2003), os partidos futuros apresentarão importantes diferenças em relação a seus predecessores, tanto pelo modo de atuação, como pela ausência de organização externa significativa, ou seja, dificilmente estes atores terão presença forte e autônoma na sociedade. O autor complementa que no lugar dessa atuação os partidos devem desenvolver mecanismos para captar o apoio de organizações não partidárias independentes integradas na sociedade civil, ou seja, “os partidos do futuro permitirão que o mundo emergente das organizações de interesses e

dos movimentos sociais substitua as suas próprias organizações partidárias cada vez mais debilitadas”.

Ainda de acordo com o autor, essas organizações não partidárias e independentes podem atuar como um canal de comunicação entre os partidos e a sociedade civil apresentando-se como fonte de ideias e *feedback*. Neste sentido, os partidos deixam de ocupar-se da militância e concentram-se em sua atuação no governo, “Num certo sentido, portanto, aquilo que podemos vir a observar é uma nova divisão do trabalho, na qual as organizações de interesses canalizam a representação, enquanto os partidos se ocupam da governação” (Mair, 2003).

Neste sentido, podemos observar que as manifestações ocorridas no Brasil em 2013 aconteceram em um contexto de sentimento de vazio político e rejeição aos partidos que deixaram de ser identificados como canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público. Os movimentos levaram suas reivindicações às ruas e rejeitaram a participação dos partidos, que apesar de tentar integrar-se foram alijados do processo. Nestas manifestações, os partidos foram incapazes de agregar as demandas da sociedade ou captar o apoio dos movimentos sociais.

2. AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E A SOCIEDADE CIVIL

A existência de um *gap* entre representantes e representados no sistema político brasileiro já vem sendo apontada por pesquisas anteriores (Fernandez *et. al.*, 2014). Ainda que este distanciamento não ocorra de uma maneira tão profunda como poderia se esperar, aponta-se que dita separação indicaria um dos caminhos que levou ao surgimento das manifestações que ocuparam as ruas de inúmeras cidades brasileiras em 2013. Não se pode afirmar que a causa das manifestações foi, necessariamente, a brecha entre representantes e representados, porém, este pode ser um dos motivos.

Em um cenário político em que a cidadania não se vê representada pelos partidos, abre-se um espaço para a participação da sociedade civil através das manifestações sociais. Quando a sociedade encontra-se sem canais para expressar-se, sem voz pública, sai às ruas. Assim, sob este cenário de crise de representação, expressar suas próprias demandas nas ruas aparece como o caminho que deve ser tomado pelo cidadão para voltar à cena política.

As manifestações sociais são formas de ação coletiva utilizadas pela sociedade civil para alcançar objetivos determinados. Por meio da ação coletiva as pessoas tentam exercer seu “poder” contra a autoridade estabelecida. Estas práticas, ainda quando não conseguem ser bem sucedidas de forma plena, são importantes porque produzem efeitos de longo alcance e dão início a importantes mudanças na política (Tarrow, 2004).

A participação direta da cidadania na política vem sendo considerada um termômetro da qualidade da democracia ao longo do tempo. Considera-se que a democracia vai além de um método para escolher quem governa. Ela também está ligada à busca histórica de liberdade, justiça e progresso material e pessoal (PNUD, 2004). Dahl (1989) define democracia como um regime com contínua aptidão para responder às preferências de seus cidadãos e que, além disso, trata a todos eles de maneira igualitária. Para que haja democracia os cidadãos devem ter igualdade de oportunidade para formular suas preferências, expressar publicamente estas preferências e receber igualdade de tratamento por parte do governo.

Portanto, na tarefa de determinar o grau de democratização de um Estado é necessário levar em consideração duas dimensões teóricas: o debate público e a capacidade de representação. Quando existem níveis máximos de liberalização e de representação pode-se dizer que existe uma poliarquia⁶ (Dahl, 1989). Assim, a questão da participação política está no centro do debate democrático. Para que a democracia exista, é imprescindível que haja participação cidadã. Quando se fala de participação cidadã, por sua vez, trata-se de ação coletiva e, em última instância, de movimentos sociais. Assim, o desenvolvimento e a existência de um sistema de debates públicos é condição *sine qua non* para que ocorra o processo de democratização. Portanto, em um cenário político marcado por formalismos, desafeção política, distanciamento entre representantes e representados, assimetria entre os recursos disponíveis para os cidadãos, a participação política ocu-

6 Dahl (1989: 13) deixa claro na *poliarquia* que trabalha com um modelo democrático ideal: “(...) o termo democracia para designar o sistema político entre cujas características conta-se sua disposição a satisfazer inteira ou quase inteiramente a todos seus cidadãos, sem importar, de momento, se esse sistema existe hoje em dia, existiu alguma vez, ou possa existir no futuro”.

pa um lugar central nos debates políticos dirigidos ao funcionamento atual dos sistemas democráticos.

As manifestações de ação coletiva podem resultar nos movimentos sociais. Movimentos sociais são, por definição, sequências de ações políticas que têm como base as redes sociais internas e marcos de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de desafiar os oponentes do grupo, ainda que estes sejam poderosos (Tarrow, 2004).

Os movimentos sociais surgem quando aparecem as oportunidades políticas para a intervenção de agentes sociais que normalmente carecem delas. Sua contribuição consiste em criar, coordenar e manter a interação entre cidadãos comuns que unem suas forças para enfrentar-se às elites, às autoridades e a seus antagonistas sociais. Os movimentos sociais atraem as pessoas para a ação coletiva por meio de repertórios conhecidos de enfrentamento e introduzem inovações nas suas margens. Na sua base encontram-se as redes sociais e os símbolos culturais através dos quais se estruturam as relações sociais. Quanto mais densas sejam as primeiras e mais familiares os segundos, mais provável será que os movimentos generalizem-se e perdurem.

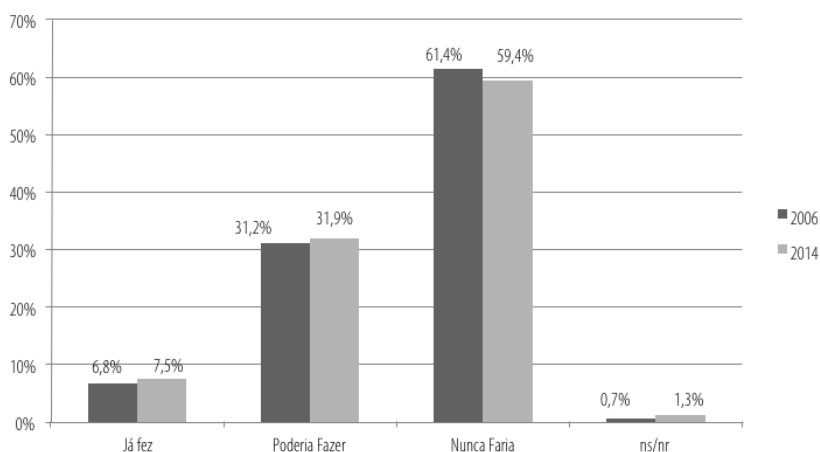
De acordo com Tarrow (2014), para entender os movimentos sociais e suas atuações através da ação coletiva é necessário levar em consideração algumas perguntas básicas, ou seja, quais são as circunstâncias nas quais surge o poder dos movimentos? Existe uma dinâmica comum ao desenvolvimento dos movimentos sociais? Têm algum impacto? E, por fim, é real seu poder se seu impacto está tão mediatizado e é tão efêmero?

O ato irreduzível que destaca a todos os movimentos sociais é o que se chama de “ação coletiva contenciosa” (Tarrow, 2014). Converte-se em contenciosa quando é utilizada por pessoas que carecem de acesso regular às instituições, que atuam em nome de reivindicações novas ou não aceitas, e que se conduzem de um modo que constitui uma ameaça fundamental para outros. Esta ação dá lugar aos movimentos sociais quando os atores desenvolvem suas atuações ao redor das aspirações comuns em sequências mantidas por meio da interação com seus oponentes ou com as autoridades. A ação coletiva contenciosa é a base de todos os movimentos sociais e é nesta categoria que se pode localizar as manifestações sociais que sucederam no ano de 2013 por todo Brasil.

3. NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA: ALTERNATIVA AOS PARTIDOS?

A queda da participação eleitoral em várias democracias consolidadas, juntamente com o aparecimento de novas formas de participação não convencional, levantaram a questão de até que ponto os dois fenômenos estariam relacionados. Uma retração da participação política convencional representada pelos partidos políticos poderia estar sendo substituída pela participação em movimentos sociais ou mediante novas formas não institucionalizadas, como protestos ou boicotes. Dito de outra forma, o aparecimento de novas formas de participação poderia estar ocorrendo em detrimento da participação via representação. Não obstante, o Brasil ainda ostenta baixos níveis deste tipo de mobilização social. Em 2006, 38% afirmaram que participaram ou participariam de manifestações. Em 2014 esse número subiu – ainda que timidamente – para 39,4%. Mesmo após as manifestações de junho de 2013, a porcentagem de pessoas que disseram já haver participado efetivamente deste tipo de demonstração pública foi 7,5% (Gráfico 3).

Gráfico 3. Participou/Participaria de manifestações



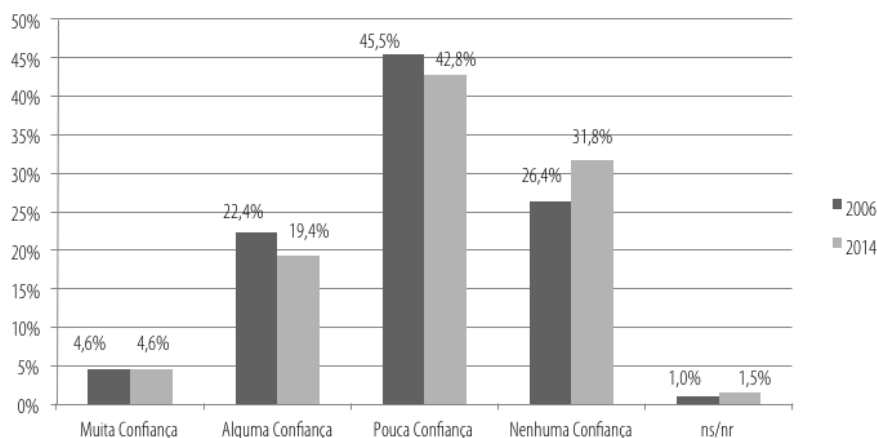
Fonte: “A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas”, (2006) “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Apesar disso, como referido anteriormente, é possível observar um rearranjo no qual a canalização da representação é realizada por novas

organizações ao passo que os partidos têm se profissionalizado. Estudos têm associado positivamente essas novas formas de fazer política às formas tradicionais de participação. Norris (2002), por exemplo, avaliou que nos EUA o comparecimento às urnas compreende uma dimensão de participação distinta de diversas formas de protesto. Entretanto, avaliando o caso do ativismo ambiental, ainda que esta forma de participação esteja negativamente associada ao comparecimento às urnas, está forte e positivamente associada ao pertencimento a partidos políticos e a outras formas de ativismo cívico. Já no Brasil, Rennó et. al. (2011) apontam para uma correlação entre maior participação em movimentos sociais e participação eleitoral.

Ainda que esses estudos tenham avaliado a associação entre essas duas formas de participação, resta analisar como se associam essas novas configurações de engajamento do cidadão e outras dimensões da representação. No Brasil, a confiança nas instituições representativas, como Parlamento e partidos, é alarmantemente baixa. Em 2006, 71.9% tinham pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional. Esse número saltou para 74% em 2014. Mais alarmante, entretanto, é a mudança do número daqueles que afirmam não ter *nenhuma* confiança na instituição. Esta categoria saltou de 26.4% para 31.8% (Gráfico 4).

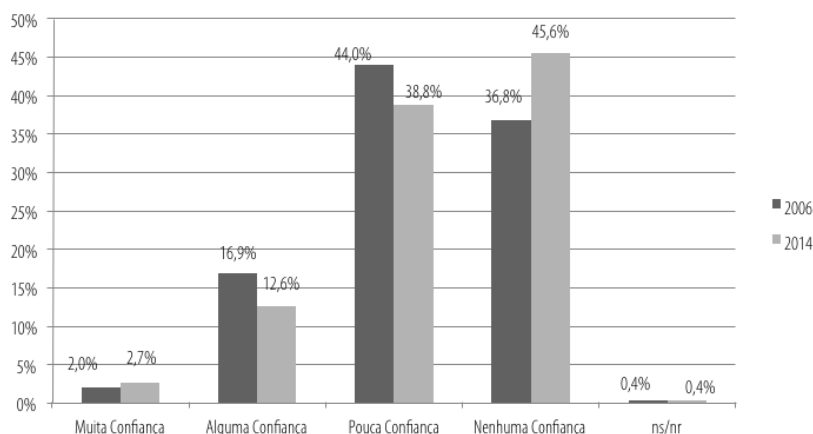
Gráfico 4. Confiança no Congresso Nacional



Fonte: “A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas”, (2006) “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Em relação aos partidos políticos a situação é ainda mais crítica. Em 2006, 80.8% dos brasileiros afirmaram ter pouca ou nenhuma confiança nessa instituição. Em 2014, a desconfiança saltou para 84%. Em relação à desconfiança absoluta, o salto foi ainda maior. Enquanto em 2006 36.8% afirmaram não ter *nenhuma* confiança nos partidos, em 2014 foram 45.6% os que demonstraram desconfiar totalmente destes (Gráfico 5).

Gráfico 5. Confiança nos Partidos Políticos



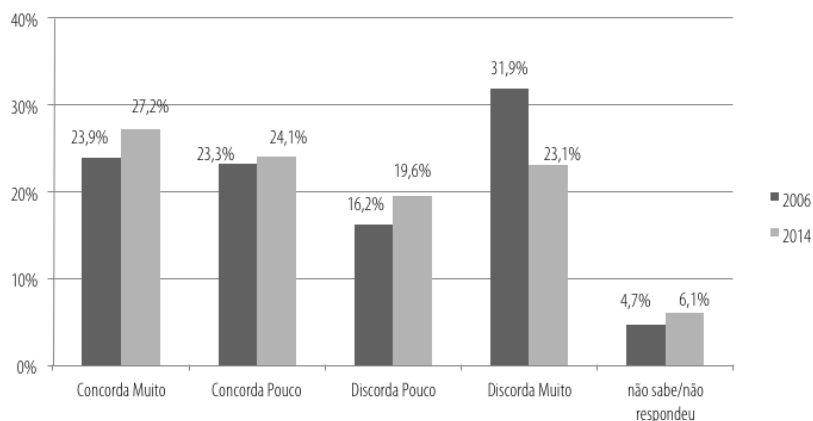
Fonte: “A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas”, (2006) “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Por outro lado, é maior o número de brasileiros que reconhece os partidos políticos como indispensáveis à democracia, indicando que, mais que querer eliminá-los, os cidadãos anseiam que estes funcionem melhor como mecanismos de participação (Moisés, 2013). Mesmo assim, de 2006 a 2014 esses números caíram. Por exemplo, em 2006 a proporção de brasileiros que discordavam pouco ou muito que se poderia deixar de lado o congresso e os partidos em caso de dificuldade era 48.1%, pouco mais do que os 47,2% que concordavam um pouco ou muito com esse cenário. Já em 2014 a situação se inverteu. Apenas 42,2% continuam discordando em algum grau, enquanto os que concordam passaram a maioria absoluta, com 51.3%, (Gráfico 6).

Ao mesmo tempo em que houve uma desvalorização da idéia das instituições representativas como elementos essenciais à democracia, também

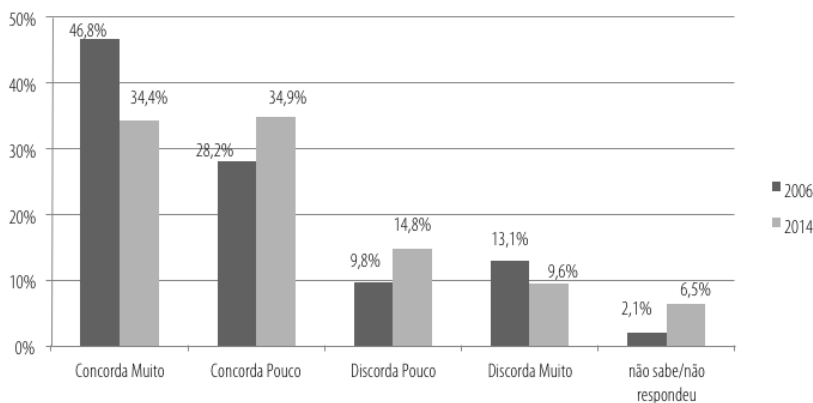
caiu a percepção do voto como instrumento de mudança. Em 2006 75% concordavam muito ou pouco que o voto permitia às pessoas influenciar nos acontecimentos do país. Este número caiu para 69,3% em 2014. Mais preocupante, entretanto é a queda no número daqueles que mais concordam com essa afirmação, de 46,8% em 2006 para 34,3% em 2014 (Gráfico 7).

Gráfico 6. Presidente pode deixar de lado os partidos e o Congresso em caso de dificuldades



Fonte: “A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas”, (2006) “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

Gráfico 7. O voto permite que as pessoas possam influenciar nos acontecimentos do país



Fonte: “A Desconfiança dos cidadãos das Instituições Democráticas”, (2006) “Brasil, 25 anos de Democracia” (2014).

No contexto brasileiro, essas novas formas de engajamento estão positivamente ou negativamente associadas às orientações dos cidadãos em relação à representação? Participar de movimentos sociais e protestos é uma forma alternativa ou complementar à adesão à democracia representativa? Para responder a essas questões, utilizou-se dados do *survey* “Brasil, 25 anos de Democracia, 2014”⁷. Como dito anteriormente, o objetivo é avaliar o impacto das novas formas de participação sobre as orientações dos indivíduos em relação aos partidos políticos e à representação.

Para tanto, foram selecionadas uma série de variáveis que medem três dimensões dos partidos e da representação: *Os partidos políticos como elemento normativo essencial da democracia; o vínculo dos cidadãos com os partidos e o sistema representativo e a avaliação pragmática do sistema representativo*. O objetivo é avaliar em que medida a participação em movimentos sociais e a participação em manifestações e protestos impacta variáveis dessas dimensões. O objetivo principal não é analisar quais as determinantes das orientações em relação ao sistema representativo, e sim como as formas não convencionais de participação se associam a estas.

Na primeira bateria de testes dispostos na Tabela 1, foram efetuados testes de regressão logística para aquelas variáveis independentes dicotômicas. A participação em manifestações parece não impactar a relação do cidadão com os partidos e o sistema representativo. Nesses primeiros modelos, para essa modalidade de participação, nenhum modelo aparece como significativo.

Já a participação em movimentos sociais aparece como significativa em modelos para as dimensões da consideração dos partidos como instituição democrática e também da avaliação dos partidos. Esse tipo de participação, ainda que negativamente correlacionado à ideia de que é melhor um presidente associado com um partido político, favorece a opinião de que os partidos políticos são indispensáveis à democracia. Já com relação ao vínculo dos cidadãos com o sistema representativo, participar de movimentos sociais favorece tanto o sentimento da eficácia do voto, quanto a probabilidade de o eleitor se sentir representado por algum partido político.

7 Sob responsabilidade do professor Dr. José Álvaro Moisés (NUPPs – USP).

Tabela 1. Regressão Logística

PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA										
	Sem Partidos não pode haver democracia					Campanhas e partidos políticos devem ser financiados				
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Participou/Participaria de Manifestações	-,001	,160	,000	,993	,999	-,246	,159	2,388	,122	,782
Participação Movimentos sociais	-,079	,125	,403	,526	,924	-,065	,126	,266	,606	,937
Renda	-,009	,059	,025	,875	,991	-,145	,058	6,173	,013	,865
Escolaridade	-,069	,040	3,001	,083	,933	-,016	,039	,178	,673	,984
Sexo	,081	,148	,302	,583	1,085	-,206	,146	1,974	,160	,814
Idade	,001	,005	,051	,822	1,001	-,012	,005	6,686	,010	,988
Constant	,378	,449	,710	,399	1,460	1,939	,454	18,276	,000	6,951
Nagelkerke R Square						,033				
N	866					923				
	É melhor um presidente que seja identificado com um Partido					Partidos são indispensáveis à Democracia				
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Participou/Participaria de Manifestações	-,141	,164	,742	,389	,868	-,115	,170	,453	,501	,892
Participação Movimentos sociais	-,222	,130	2,914	,088	,801	,287	,128	5,049	,025	1,333
Renda	-,078	,060	1,706	,192	,925	-,077	,062	1,523	,217	,926
Escolaridade	-,058	,040	2,165	,141	,943	,012	,042	,078	,780	1,012
Sexo	-,155	,149	1,077	,299	,857	-,173	,155	1,236	,266	,841
Idade	-,006	,005	1,578	,209	,994	-,001	,005	,065	,799	,999
Constant	1,161	,455	6,503	,011	3,193	-,448	,467	,921	,337	,639
Nagelkerke R Square	,024					,014				
N	890					912				
AVALIAÇÃO DO SISTEMA REPRESENTATIVO										
	O que partidos Representam (Eleitores/conjunto da população vs os próprios políticos)									
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)					
Participou/Participaria de Manifestações	,111	,173	,408	,523	1,117					
Participação Movimentos sociais	,119	,130	,836	,361	1,127					
Renda	-,075	,064	1,388	,239	,928					
Escolaridade	-,012	,043	,076	,783	,988					
Sexo	-,162	,159	1,043	,307	,850					
Idade	-,001	,005	,012	,914	,999					
Constant	-,653	,475	1,889	,169	,521					
Nagelkerke R Square	,007									
N	933									

	Proximidade a algum partido Político (PT vs Demais Partidos)									
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)					
Participou/ Participaria de Manif.	-,158	,251	,393	,531	,854					
Participação Movimentos sociais	,118	,183	,416	,519	1,125					
Renda	-,090	,091	,988	,320	,914					
Escolar.	-,158	,065	5,927	,015	,854					
Sexo	,012	,235	,003	,959	1,012					
Idade	-,012	,008	2,574	,109	,988					
Constant	1,505	,727	4,288	,038	4,505					
Nagelkerke R Square	,045									
N	359									
REPRESENTAÇÃO E VÍNCULO PARTIDÁRIO										
	A Maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas mudem					Algum Partido representa a maneira como você pensa				
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Participou/ Participaria de Manif.	,177	,159	1,231	,267	1,193	,333	,216	2,371	,124	1,395
Participação Movimentos sociais	,285	,134	4,545	,033	1,330	,358	,146	5,999	,014	1,431
Renda	,115	,058	3,894	,048	1,122	-,172	,082	4,391	,036	,842
Escolar.	,114	,039	8,571	,003	1,120	,046	,053	,734	,392	1,047
Sexo	,089	,145	,376	,540	1,093	-,585	,202	8,424	,004	,557
Idade	,004	,005	,720	,396	1,004	,013	,006	4,222	,040	1,013
Constant	-1,460	,458	10,181	,001	,232	-2,014	,592	11,568	,001	,133
Nagelkerke R Square	,051					,055				
N	960					949				
	Proximidade a algum partido Político (PT vs Demais Partidos)									
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)					
Participou/ Participaria de Manif.	-,158	,251	,393	,531	,854					
Participação Movimentos sociais	,118	,183	,416	,519	1,125					
Renda	-,090	,091	,988	,320	,914					
Escolar.	-,158	,065	5,927	,015	,854					
Sexo	,012	,235	,003	,959	1,012					
Idade	-,012	,008	2,574	,109	,988					
Constant	1,505	,727	4,288	,038	4,505					
Nagelkerke R Square	,045									
N	359									

Fonte: Survey “Brasil 25 anos de Democracia” (2014).

O próximo passo consistiu em analisar outras variáveis ordinais que captassem as mesmas dimensões dos partidos e do sistema representativo, submetendo-as a uma análise de regressão categórica.⁸ Os resultados dispostos na Tabela 2 seguem a mesma direção dos modelos anteriores, porém com modelos em que a participação em manifestações aparece como significativa.

Tabela 2. Regressão categórica – Coeficientes de regressão (beta) controlados por variáveis socioeconômicas

	Partidos políticos e Democracia		Avaliação do Sistema Representativo	
	Discorda Presidente deixar de lado os partidos em caso de dificuldades	Discorda Brasil Melhor com apenas um Partido Político	Confiança no Congresso Nacional	Confiança nos Partidos Políticos
Participou/Participaria de Manifestações	ns	Ns	Ns	ns
Participação Movimentos sociais	ns	-,090***	,112***	,138***
Renda	-,088***	-,121***	-,081***	-,163***
Escolaridade	,080***	,187***	-,086***	ns
Sexo	ns	-,114***	Ns	ns
Idade	ns	Ns	Ns	ns
R2 Ajustado	,003	,042	,021	,041
N	794	767	834	838
Representação e Vínculo Partidário				
	Proximidade aos Partidos Políticos	Até que ponto o Congresso Nacional representa seus interesses	Voto influencia muito o que acontece no Brasil	O voto permite que as pessoas possam influenciar nos acontecimentos do país
Participou/Participaria de Manifestações	,102***	,079**	Ns	,100***
Participação Movimentos sociais	,178***	Ns	,078***	ns
Renda	-,108***	-,106***	-,122***	,094***
Escolaridade	,086***	,118***	,137***	ns
Sexo	-,149***	Ns	Ns	ns
Idade	ns	Ns	Ns	,104***
R2 Ajustado	,069	,022	,020	,018
N	840	816	842	796

Fonte: survey “Brasil 25 anos de Democracia” (2014).

Significância: * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$, *** $<0,01$. N= número de casos.

8 (Optimal Scalling no SPSS). A regressão categórica quantifica dados categóricos dando valores numéricos às categorias. Isso resulta em uma equação de regressão linear *optimal* para as variáveis transformadas.

Participar de movimentos sociais está associado a ideia de que é melhor um partido único, mas está positivamente associado a todas as outras dimensões testadas. Esse tipo de participação favorece tanto a confiança no Congresso, quanto nos partidos, além de fomentar a proximidade aos partidos. Além disso, se associa positivamente a ideia de que o voto influencia muito o que acontece no Brasil.

A participação em manifestações apareceu como significativo em um número menor de modelos. Não obstante, da mesma forma que a participação em movimentos sociais, onde apareceram associações significantes, estas foram positivas. Este tipo de participação é relevante para a dimensão da representação e vínculo partidário. Aqueles mais propensos a esse tipo de atividade também são mais próximos aos partidos, acreditam mais que o Congresso representa os seus interesses, além de terem mais a opinião de que o voto permite que as pessoas possam influenciar nos acontecimentos do País.

Os resultados acima precisam ser tomados com cautela. Como os coeficientes R^2 dos modelos são baixos, a sua capacidade explicativa também é baixa. Essa limitação, entretanto, não impede que os resultados sejam levados em conta, já que o objetivo não era aferir quais as variáveis mais relevantes para explicar a relação do cidadão com os partidos e o sistema representativo, e sim o impacto das novas formas de fazer política sobre essas variáveis. Os resultados apontam que essa relação é mais de complementariedade do que de oposição, e novos estudos a respeito do tema são necessários.

CONCLUSÃO

A democracia é o regime político no qual a participação política dos cidadãos é imprescindível. Seja indiretamente, através da escolha de seus representantes, ou diretamente, através de formas institucionalizadas ou não institucionalizadas de atuar coletivamente por meio de movimentos sociais ou por meio de manifestações. Os valores normativos da representação institucional – por meio de partidos políticos – ou da participação em novos canais não institucionalizados não são, em teoria, contraditórios quando se leva em consideração os valores democráticos.

Porém, a crise de representação que ocorre em vários países do mundo colocou na agenda política a questão da superação dos partidos. Ao mesmo tempo, a ocorrência de formas alternativas de fazer política, em especial as manifestações populares de descontentamento com a política tradicional, como passou no Brasil em 2013, deu lugar à interpretação de que estas duas dimensões cruciais para a democracia estariam em descompasso: os cidadãos estariam abandonando as estruturas de representação – que se crê que estariam ultrapassadas – e caminhando em direção a estas novas formas de fazer política.

A existência de um *gap* entre representantes e representados, ou seja, a ausência de *responsividade*, no sistema político brasileiro já vem sendo apontada. Destaca-se que dita separação indicaria um dos caminhos que levou ao surgimento das manifestações que tomaram as ruas de inúmeras cidades brasileiras em 2013. Ainda que não se possa afirmar que a causa destas manifestações haja sido a brecha entre representantes e representados, este pode ser um dos motivos.

Entretanto, apesar da existência deste *gap* entre representantes e representado e da necessidade dos cidadãos de ocupar as ruas, os dados aqui apresentados não confirmam a hipótese de que os cidadãos estariam abandonando as estruturas de representação e caminhando em direção a estas novas formas de fazer política. Ainda que se possa dizer que os partidos e outras instituições passem por uma crise de legitimidade, a participação política por canais não institucionalizados aparece mais como uma maneira complementar de fazer política do que de forma antagônica à representação através dos partidos. Portanto, ao invés de significar um desejo pelo fim dos partidos políticos, as novas formas de fazer política representada pela ação direta da cidadania em manifestações e movimentos sociais podem ser um indicio de que os representados reivindicam uma melhoria da representação e do processo representativo.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Maria do Socorro Sousa e BORGES Tiago D. P. Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros. Trabalho apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política na área temática Eleições e Representação Política, realizado de 29 de julho a 01 de agosto de 2008, na Unicamp, Campinas (SP). 2008.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa e PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opin. Publica* [online]. vol.17, n.2, p. 271-303, 2011.
- DAHL, R. *La Poliarquía*. Buenos Aires: Reis, 1989.
- DALTON, Russel. Political Support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, Pippa (ed.). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FERNANDEZ, M., LEITE, A. y ABAD, A. Representación política y responsiveness en el Brasil contemporáneo. *Revista de Ciencia Política*, Vol. 52, nº 1, p. 123-144, 2004.
- KATZ, Richard S and Peter Mair, Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, Vol. 1, No. 1, p 5-31, 1995.
- KIRCHHEIMER, O. The transformation of western European party system. In: LAPALOMBARA, J., y WINER, M. (editores). *Political parties and political development*. USA: Princeton University Press, 1966.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, Vol. 38, Nº167, p. 277-293, 2003.
- MAIR, P. Left-Right Orientations. In: DALTON, R. y KLINGEMANN, H. D. *The Oxford handbook of political behavior*. Oxford University Press, 2007. p. 206-222.
- MOISÉS, José Álvaro. Os Significados da Democracia segundo os Brasileiros. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013
- MONTERO, José Ramón, Gunther, Richard e Linz, Juan J. *Partidos Políticos: viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa. Confidence in public institutions: faith, culture, or performance?. In: PUTNAM, Robert; PHARR, Susan (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- NORRIS, Pippa. Introduction: the growth of critical citizens?. In: NORRIS, Pippa (ed.). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

NYE, Joseph Introduction: the decline of confidence in government. In: NYE, Joseph et al. *Why People don't Trust Government*. Harvard: Harvard University Press, 1997.

PNUD, Democracia nas Américas. São Paulo: PNUD, 2004.

PUTNAM, Robert; PHARR, Susan; DALTON, Russel. "Introduction: what's troubling the trilateral democracies?". In: PUTNAM, Robert; PHARR, Susan (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy; LAYTON, Matthew; Pereira, Frederico. *Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *Dados*, vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro, 1997.

TARROW, S. *El poder en movimiento*. Madrid: Alianza Universidad, 2004.

VIEIRA, Soraia Marcelino. O partido da social democracia brasileira: trajetória e ideologia. Tese de doutorado, IESP/UERJ dezembro de 2012.

ANEXO

VARIÁVEIS DOS MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA:

Dependentes:

- Sem Partidos não pode haver democracia: (A democracia pode funcionar sem partidos = 0; sem partidos não pode haver democracia = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- Campanhas e partidos políticos devem ser financiados: (As campanhas não devem ser financiadas = 0; Devem ser financiadas com dinheiro público + devem ser financiadas com doações de empresas privadas + devem ser financiadas com doações de pessoas físicas + devem ser financiadas como hoje, com dinheiro público e privado = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- É melhor um presidente que seja identificado com um Partido: (melhor um presidente que não dê importância para os partidos = 0; melhor um presidente que seja identificado com um partido político = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- Partidos são indispensáveis à Democracia: (partidos políticos só servem para dividir as pessoas = 0; são indispensáveis à democracia; não sabe + não respondeu + NDA/Outras = missing)
- O que partidos Representam (os próprios políticos = 0; seus eleitores + conjunto da população = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- A Maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas mudem: (não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas mudem = 0; A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas mudem = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- Algum Partido representa a maneira como você pensa: (não = 0; sim = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- Proximidade a algum partido Político (PSB + DEM + PSDB + PMDB + PTB + PP + PDT + PL + PSOL + PCdoB + PV + PR + PPS + PSD + outros = 0; PT=1; não sabe + não respondeu = missing)

Independentes:

- Participa de manifestações: (Nunca faria = 0; já fez + poderia fazer = 1; não sabe + não respondeu = missing)
- Participa de movimentos sociais: (nunca = 0; quase nunca = 1; frequentemente = 2; muito frequentemente = 3; não sabe + não respondeu = missing)
- Variáveis de controle: (Idade, Sexo, Escolaridade e Renda)